



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, SCESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 461/26

Constituição Federal.

Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organiza o Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros.

Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001 – Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais.

Lei Federal nº 13.819, de 26 de abril de 2019 – Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 – Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

Lei Complementar Estadual nº 791, de 9 de março de 1995 – Institui o Código de Saúde do Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 12.060, de 26 de setembro de 2005 – Dispõe sobre a substituição por ações de saúde mental do procedimento de internação hospitalar psiquiátrica no SUS do Estado de São Paulo.

Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.271, de 4 de janeiro de 2002 – Reorganiza a Secretaria Municipal da Saúde e disciplina a organização do SUS no Município.

Resolução SMS/CMS nº 6, de 12 de junho de 2013 – Amplia a implantação dos CAPS III.

Nota Técnica SMS nº 1, de 23 de junho de 2022 – Orientações e fluxos relativos ao cuidado, acolhimento e internações em saúde mental e uso de álcool e outras drogas.

Decreto nº 63.135, de 24 de janeiro de 2024 – Regulamenta a Lei Federal nº 13.935/2019 no Município.

Lei Municipal nº 10.115/1986 – Cria a Guarda Civil Metropolitana.



Lei Municipal nº 10.272/1987 – Institui a carreira da GCM.

Lei Municipal nº 11.046/1991 – Novo enquadramento dos servidores da GCM.

Lei Municipal nº 11.426/1993 – Altera a subordinação organizacional da GCM.

Lei Municipal nº 11.715/1995 – Reorganiza o Quadro dos Profissionais da GCM.

Lei Municipal nº 12.824/1999 – Altera a vinculação administrativa da GCM.

Lei Municipal nº 13.396/2002 – Cria a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU).

Lei Municipal nº 13.530/2003 – Institui o Regulamento Disciplinar da GCM.

Lei Municipal nº 13.768/2004 – Organiza o Quadro da GCM e institui plano de carreira.

Lei Municipal nº 16.239/2015 – Cria o Quadro Técnico dos Profissionais da GCM (QTG).

Lei Municipal nº 17.812/2022 – Dispõe sobre a remuneração por subsídio do QTG.
Formação e capacitação

Lei Municipal nº 13.401/2002 – Curso de formação técnico-profissional durante o estágio probatório.

Lei Municipal nº 12.285/1996 – Permanência ininterrupta de policiais nas escolas municipais.

Lei Municipal nº 14.492/2007 – Institui a Área Escolar de Segurança.

Lei Municipal nº 13.661/2003 – Seguro de vida e invalidez.

Lei Municipal nº 14.043/2005 – Gratificação para GCM na Câmara Municipal.

Lei Municipal nº 14.977/2009 – Gratificação por Atividade Delegada.

Lei Municipal nº 15.359/2011 – Reajuste da escala de vencimentos.

Lei Municipal nº 15.363/2011 – Gratificação para motorista de viatura.

Lei Municipal nº 15.365/2011 – Criação de funções gratificadas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 15.366/2011 – Prêmio de Desempenho em Segurança Urbana.

Lei Municipal nº 15.367/2011 – Gratificação por atuação em regiões estratégicas.

Lei Municipal nº 15.715/2013 – Gratificação para GCM na Câmara Municipal.

Lei Municipal nº 16.080/2014 – Reajuste da escala de vencimentos.

Lei Municipal nº 16.081/2014 – Diária Especial por Atividade Complementar (DEAC).

Lei Municipal nº 16.694/2017 – Indenização ou seguro em caso de morte ou incapacidade.

Lei Municipal nº 16.767/2017 – Altera a Lei nº 16.694/2017.

Lei Municipal nº 16.987/2018 – Gratificação aos GCMs na Câmara Municipal.

Lei Municipal nº 17.722/2021 – Revaloriza benefícios e gratificações, inclusive da GCM.

Lei Municipal nº 18.038/2023 – Altera normas sobre Atividade Delegada, DEAC e gestão de servidores.

Lei Municipal nº 18.293/2025 – Bonificação pela recuperação de motocicletas furtadas, roubadas ou adulteradas.

Lei Municipal nº 16.165/2015 – Institui a Ronda Maria da Penha.

Lei Municipal nº 17.893/2023 – Convênio com a Defensoria Pública para defesa judicial dos GCMs.

Lei Municipal nº 16.980/2018 – Institui o Dia da Guarda Civil Metropolitana (Polícia Municipal).

Lei nº 17.200/2019 – Licença-paternidade e outras alterações em normas de servidores municipais.

Lei nº 17.841/2022 – Medidas de valorização dos servidores municipais e modernização da fiscalização urbana.

PL 454/2026 Dispõe sobre o Programa de Proteção à Guarda Civil Metropolitana (GCM) gestante e dá outras providências.

PL 451/2026 Institui o programa permanente de capacitação da Guarda Civil Metropolitana para atendimento humanizado às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) no Município de São Paulo, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 422/2026 Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa SMART SAMPA MÓVEL, e dá outras providências.

PL 392/2026 Institui o Protocolo Municipal de Abordagem Não Discriminatória no âmbito da Guarda Civil Metropolitana e dos Serviços Públicos do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 290/2026 Institui o Programa Municipal de Uso de Câmeras Corporais pela Guarda Civil Metropolitana no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 251/2026 Altera a Lei nº 13.299, de 16 de janeiro de 2002, para prever a participação de representante da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SP Regula nas reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEG.

PL 245/2026 Institui a Campanha Permanente de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher – Laço Branco, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 226/2026 Institui o Sistema Municipal de Proteção a Autoridades – SMPA, estabelece critérios para concessão de segurança pessoal e escolta armada a autoridades, ex autoridades e demais servidores municipais em situação de risco, e dá outras providências.

PL 224/2026 Institui o Programa Municipal de Proteção Digital de Crianças e Adolescentes e dá outras providências.

PL 218/2026 Institui o Estatuto da Mulher Paulistana, regula direitos, estabelece medidas de assistência, proteção, promoção da autonomia e organização da rede de proteção das mulheres no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 207/2026 Institui a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento ao Feminicídio, cria o Sistema Integrado de Proteção à Mulher no âmbito do Município de São Paulo, estabelece diretrizes para a articulação intersetorial de políticas públicas e para a integração de tecnologias de monitoramento, em consonância com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e dá outras providências.

PL 195/2026 Institui o Programa Municipal “Muralha Digital Protetiva”, estabelecendo diretrizes para a utilização de tecnologias de monitoramento urbano, inteligência artificial e georreferenciamento na proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Município de São Paulo, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 192/2026 Altera a Lei Municipal nº 16.239, de 19 de julho de 2015, para instituir a promoção post mortem e a promoção por ato de bravura no âmbito da Guarda Civil Metropolitana.

PL 186/2026 Altera a Lei nº 17.910, de 17 de janeiro de 2023, para dispor sobre o afastamento cautelar de agentes públicos denunciados ou medida protetiva de urgência em seu desfavor por violência contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

PL 170/2026 Institui o Programa Municipal Caminhos Seguros para garantir infraestrutura, planejamento urbano e segurança preventiva com foco na prevenção da violência contra a mulher no Município de São Paulo.

PL 141/2026 Institui o Programa Municipal de Monitoramento Preventivo de Agressores com Medida Protetiva no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 116/2026 Altera artigos 1 e 2 da lei 16.816 de 2 de fevereiro de 2018. [Estabelece como ilícito administrativo a coação exercida por guardadores de carros “flanelinhas”]

PL 74/2026 Institui a Política Municipal de Enfrentamento ao Transfeminicídio – PMET.

PL 43/2026 Dispõe sobre a aplicação de sanções administrativas e multas por maus-tratos a animais no Município de São Paulo, estabelece competências de fiscalização e dá outras providências.

PR 8/2026 Dispõe sobre a criação da Medalha de Reconhecimento aos 35 Anos de Serviço na Guarda Civil Metropolitana e dá outras providências.

PLO 3/2026 Acrescenta o § 3º e §4º ao artigo 88 da Lei Orgânica do Município de São Paulo. [Acresce dispositivos à L.O.M. a fim de instituir a Ouvidoria Externa da Guarda Civil Metropolitana do Município de São Paulo, bem como tratar da utilização de câmeras corporais pelos integrantes da instituição]

PL 1564/2025 Institui infração administrativa por uso de substâncias ilícitas em espaço público no âmbito do Município de São Paulo.

PL 1491/2025 Dispõe sobre a suspensão de salários, adicionais e gratificações de Guardas Civis Metropolitanos condenados por crimes de violência contra mulheres praticados dentro ou fora do serviço após condenação definitiva.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 1471/2025 Altera a Lei no 14.485 de 19 de julho de 2007 para incluir no Calendário Oficial da Cidade de São Paulo, o Dia do Mediador de Conflitos da Guarda Civil Metropolitana, a ser comemorado anualmente no dia 12 de outubro, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 22 de julho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068